VISIBILIDADE, DIREITOS E EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Alice Sales, Maria Emilly Da Silva Ribeiro.
alice.sales@urca.br, maria.ribeiro@urca.br.
Universidade Regional do Cariri

Resumo: O modelo da educação inclusiva atual é fruto de extensas alterações estimuladas por movimentos sociais e marcos legais internacionais e nacionais. Historicamente, o atendimento às pessoas com deficiência transitou por fases de negligência, assistencialismo e institucionalização até atingir um protótipo baseado nos Direitos Humanos. A compreensão da deficiência passou por uma reformulação conceitual profunda. Atualmente, a deficiência é entendida como o resultado da interação entre os impedimentos funcionais do indivíduo e os obstáculos impostos pelo ambiente. A inclusão, portanto, pressupõe a transformação da sociedade para acolher a diversidade, tratando as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo. Estudantes com deficiência visual enfrentam barreiras devido à carência de profissionais capacitados e recursos didáticos específicos. A inclusão efetiva exige que o aprendizado seja um vetor de inclusão social e profissional, garantindo equidade de condições e a eliminação de barreiras curriculares. O trabalho justifica-se pela necessidade de compreender a trajetória histórica das políticas de inclusão. O objetivo geral desta pesquisa é investigar o percurso histórico das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência visual, analisando os elementos nesses marcos legais que direcionam para um fazer pedagógico inclusivo. Busca-se identificar as diretrizes políticas que sustentam a transformação da sociedade e das instituições de ensino, evidenciando que a inclusão não deve ser vista como uma concessão, mas como um princípio fundamental de equidade e justiça social que assegura a autonomia e o resgate de direitos historicamente conquistados. O percurso metodológico incluirá o levantamento e análise de produção acadêmica sobre deficiência visual e inclusão educacional assim como o exame de documentos legais e normativos que norteiam as políticas de inclusão em território brasileiro. O percurso deve prever a discussão de como esses dispositivos legais atuam na eliminação de barreiras sociais, comunicacionais e pedagógicas, garantindo a participação plena e a autonomia intelectual. O sucesso pedagógico depende da adoção de planejamentos que eliminem barreiras curriculares desde a concepção do material didático. A efetivação do dever legal que exige que as instituições de ensino articulem suas

práticas para garantir que o aprendizado seja um instrumento real de exercício da cidadania e justiça social.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Deficiência Visual; Políticas Públicas.